

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Aos cinco dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às 14H00min, foi realizada,
2 através da plataforma Microsoft Teams, a **39ª Reunião Extraordinária do Conselho**
3 **Municipal de Política Urbana - CMPU**, com transmissão ao vivo via YouTube, conforme
4 a Portaria nº 17 complementada pela Portaria nº 19/2020/SMDU.G; **Pauta do dia:**
5 **1.** Comunicações Gerais. **2.** Comunicação da Revogação da Liminar da ACP nº 1022650-
6 93.2022.8.26.0053. **01)** O Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz, iniciou a
7 reunião às 14h48min, cumprimentando os presentes; na sequência, a Secretária
8 Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, informou que os números dos processos
9 relacionados ao CMPU foram enviados previamente por e-mail a todos os conselheiros e
10 que tais processos estavam disponíveis para consulta pública no portal do CMPU;
11 enfatizou que os processos relacionados ao CMPU são de interesse público e que
12 qualquer cidadão pode acessar as informações contidas nos arquivos, garantindo a
13 transparência das ações do Conselho; dentre os processos mencionados, destacam-se: o
14 Processo 6068.2021.000.1539-1, referente à Comissão Interna do Regimento Interno do
15 CMPU, que trata das normas e das atualizações necessárias para garantir o bom
16 funcionamento do Conselho; o Processo 6068.2018.0000.9345, que contém o histórico
17 das reuniões do CMPU realizadas nos últimos anos, com todas as atas e deliberações
18 aprovadas disponíveis para consulta pública; o Processo 6068.2022.0000.1401-0, que
19 diz respeito ao Grupo de Trabalho da Revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE),
20 atualmente em fase intermediária; e o Processo 6068.2022.0000.2767-7, que registra as
21 reuniões realizadas com as diversas entidades representadas no CMPU pelo Secretário
22 Municipal de Urbanismo e Licenciamento, como parte do esforço de diálogo contínuo
23 com a sociedade civil; também informou que, devido ao caráter extraordinário desta
24 reunião, não havia outras comunicações gerais a serem feitas. **2)** Na sequência, antes de
25 adentrar ao segundo item da pauta, a Representante de SMUL, Sra. Patrícia Saran,
26 saudou aos conselheiros e agradeceu a oportunidade de detalhar a situação que levou à
27 suspensão temporária do processo participativo da revisão intermediária do Plano
28 Diretor Estratégico (PDE); informou que a liminar foi concedida pela Justiça em resposta
29 a uma ação civil pública movida pela Defensoria Pública do Estado, que levantou uma
30 série de questionamentos sobre a metodologia adotada pela Prefeitura para conduzir o
31 processo participativo; os principais pontos levantados pela Defensoria referiam-se à
32 acessibilidade das audiências públicas e à inclusão de todos os segmentos da sociedade,
33 especialmente aqueles mais vulneráveis e com menos acesso às tecnologias digitais;
34 diante desses questionamentos, a Justiça determinou a suspensão imediata das
35 atividades relacionadas ao PDE, o que causou um atraso significativo no cronograma
36 previamente aprovado pelo CMPU; ressaltou que, durante o período de suspensão, a
37 Prefeitura se empenhou em atender a todas as exigências impostas pela Justiça,

38 trabalhando em conjunto com as entidades representativas da sociedade civil para
39 garantir que o processo fosse mais acessível e inclusivo; entre as medidas adotadas, a
40 conselheira destacou a ampliação da divulgação das audiências públicas, a criação de
41 ferramentas específicas de acessibilidade no portal "Participe+", e a implementação de
42 ações voltadas para garantir que as informações estivessem disponíveis de forma clara e
43 acessível para todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência ou com dificuldades de
44 acesso à internet; com a adoção dessas medidas, a Justiça revogou a liminar, permitindo a
45 retomada do processo participativo; afirmou que as audiências públicas que haviam sido
46 suspensas foram reprogramadas para ocorrer entre os dias 19 de julho e 8 de agosto, e
47 que a consulta eletrônica no portal "Participe+" foi prorrogada até o dia 12 de agosto,
48 garantindo que a população tivesse mais tempo para participar e contribuir com o
49 processo de revisão do PDE; destacou que a participação da sociedade é fundamental
50 para garantir que o PDE reflita as reais necessidades e expectativas da população
51 paulistana, e que a Prefeitura está comprometida em garantir a transparência e a inclusão
52 em todas as fases do processo; a conselheira concluiu sua apresentação reafirmando que
53 a retomada do processo é uma vitória não apenas para a Prefeitura, mas para toda a
54 sociedade, que poderá continuar a participar ativamente da construção de um Plano
55 Diretor mais justo e inclusivo; em seguida, o Conselheiro Participativo da Macro Norte 2,
56 Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, expressou sua preocupação com a decisão de
57 retomar o cronograma sem que houvesse uma nova deliberação formal por parte do
58 CMPU; segundo o Conselheiro e de acordo com o Regimento Interno do Conselho,
59 qualquer alteração no cronograma ou na metodologia participativa deve ser discutida e
60 aprovada pelo plenário antes de ser implementada; destacou que, embora a liminar tenha
61 sido revogada, o CMPU precisa formalizar a retomada do processo através de uma nova
62 resolução, para garantir a legalidade e a legitimidade das atividades; ressaltou ainda que,
63 sem uma deliberação formal do Conselho, o processo corre o risco de perder sua
64 legitimidade junto à sociedade, especialmente no que diz respeito à transparência das
65 ações; na sequência, o Conselheiro Participativo do Movimento de Mobilidade, Sr. José
66 Antônio Chinelato Zagato, reforçou os pontos levantados pelo Conselheiro Moreirão,
67 destacando que o CMPU é, por definição, um espaço de participação social e
68 democrática, onde as decisões devem ser tomadas de forma coletiva e participativa;
69 criticou o fato de o cronograma ter sido apresentado pela Prefeitura sem uma consulta
70 prévia aos conselheiros, argumentando que o CMPU deve ser o principal órgão
71 responsável pela condução do processo de revisão do PDE; lembrou que, em reuniões
72 anteriores do grupo de trabalho de metodologia, foram levantados diversos
73 questionamentos sobre o processo participativo, mas muitas das perguntas feitas não
74 foram respondidas de forma satisfatória pela Prefeitura, o que gerou dúvidas entre os
75 conselheiros sobre a transparência e a condução do processo; afirmou que, sem uma
76 revisão clara da metodologia participativa, será difícil para o CMPU avançar com o
77 cronograma proposto, uma vez que há questões importantes que ainda precisam ser
78 esclarecidas; concluiu sua fala pedindo que o CMPU seja mais ativo na condução do
79 processo e que a Prefeitura forneça respostas claras e detalhadas aos questionamentos

80 levantados pelos conselheiros; em seguida, a Consultora em Arquitetura e Urbanismo,
81 Sra. Viviane Manzione Rubio, expressou seu apoio às falas de Moreirão e Zagato;
82 destacou que a revisão do cronograma é fundamental para garantir que o processo
83 participativo seja conduzido de forma adequada e transparente; em seu entendimento, a
84 suspensão das atividades causou um atraso significativo no cronograma, e seria prudente
85 fazer uma revisão cuidadosa das etapas programadas para garantir que todas as regiões
86 da cidade e todos os segmentos da sociedade sejam contemplados de maneira justa e
87 equitativa; a Conselheira de Associação de Bairro 4 (ASSAMPALBA), Sra. Maria Laura
88 Fogaça Zei, também se manifestou, concordando com as observações feitas pelos
89 colegas e destacando a importância de uma nova deliberação sobre o cronograma;
90 argumentou que o CMPU deve ter a oportunidade de discutir de forma ampla e
91 detalhada, como as oficinas e audiências públicas serão conduzidas daqui em diante,
92 especialmente considerando os problemas enfrentados nas primeiras oficinas realizadas
93 antes da suspensão imposta pela liminar; destacou que a organização dessas oficinas foi
94 marcada por falhas operacionais e metodológicas, e que é essencial corrigir esses
95 problemas antes de avançar para as próximas etapas do processo; em réplica, o
96 Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz, esclareceu que a pauta é apenas a
97 retomada do processo de discussão aprovado pelo CMPU anteriormente, que foi
98 interrompido por uma liminar que tinha como objeto a agenda da acessibilidade, não
99 sendo necessária a rediscussão do cronograma; informou que será marcada reunião do
100 GT para a discussão das etapas posteriores; afirmou que em reunião pregressa fora
101 discutida a questão de tempo, e que as audiências temáticas já estão organizadas, as
102 apresentações já estão revistas, o esquema da contratação de apoio para as oficinas
103 presenciais também já está transcorrendo, ou seja, a Prefeitura está encaminhando uma
104 decisão do CMPU, que foi interrompida pela liminar de acessibilidade e agora está
105 retomada; após as manifestações dos conselheiros, Sra. Patrícia Saran voltou a se
106 pronunciar, respondendo aos questionamentos levantados; reconheceu que houve
107 problemas operacionais durante a realização das primeiras oficinas, mas destacou que a
108 maioria desses problemas foi de ordem logística, e não metodológica; afirmou que a
109 Prefeitura já adotou medidas para corrigir essas falhas operacionais e que está
110 comprometida em garantir que as próximas oficinas sejam realizadas de maneira mais
111 eficiente e organizada; ressaltou que o cronograma apresentado na reunião não é uma
112 nova proposta, mas sim a continuidade do que já havia sido aprovado pelo CMPU em
113 reuniões anteriores; explicou que o objeto da liminar era a questão da acessibilidade e
114 inclusão, e não o conteúdo ou as datas do cronograma; com a revogação da liminar, a
115 Prefeitura considerou adequado retomar as atividades a partir do ponto em que haviam
116 sido interrompidas, sem a necessidade de uma nova deliberação formal pelo Conselho; no
117 entanto, afirmou que a Prefeitura está aberta a discutir eventuais ajustes no cronograma,
118 caso os conselheiros identifiquem a necessidade de adicionar novas audiências ou
119 oficinas; também sugeriu que os conselheiros revisem o documento metodológico
120 elaborado pela Prefeitura e façam sugestões, se necessário, para garantir que as oficinas
121 futuras sejam realizadas de forma inclusiva e participativa; concluiu sua fala reafirmando

122 o compromisso da Prefeitura com a transparência e a participação social no processo de
123 revisão do PDE, e convidou os conselheiros a colaborarem ativamente para garantir o
124 sucesso das próximas etapas do processo; em réplica, a Conselheira Titular do
125 Movimento de Moradia 3, Sra. Julieta Aparecida Tolentino de Abraão, corroborou as
126 falas dos conselheiros, afirmando que todos possuem o direito de participar, porém, o
127 calendário fora informado sem ser previamente colocado em discussão e antes de os
128 questionamentos serem respondidos, indo em confronto com o que é colocado pela
129 Prefeitura; informou que participou da oficina da Casa Verde, verificando a má
130 organização e a falta de suprimentos básicos para um bom funcionamento; na sequência,
131 a Conselheira Participativa da Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo, afirmou
132 que estão sendo criados embates desnecessários no colegiado, pois desde o começo do
133 processo de revisão do PDE, a Sociedade Civil, de forma organizada, vem participando
134 das reuniões e informando que a Prefeitura não deve trazer estudos, projetos ou
135 planejamentos, efetuados unilateralmente pela mesma, sendo que cabe ao Conselho
136 Municipal de Política Urbana, de forma colegiada, deliberar sobre o processo
137 participativo; informou que houve a aprovação da metodologia, de um cronograma, cujas
138 datas eram diferentes das atuais, portanto, a partir desta mudança, o novo cronograma
139 deveria ser colocado em deliberação pelo conselho; relatou que houve problemas em
140 diversas oficinas, e indagou se fora feito relatório e novo planejamento para sanar esses
141 problemas, pois sem os mesmos, seria inviável a efetuação das próximas oficinas nas
142 datas do novo cronograma; clarificou ser importantíssimo que o Poder Público dialogue
143 abertamente com a Sociedade Civil para que as aprovações sejam feitas de forma
144 igualitária; em seguida, o Conselheiro Participativo da Macrorregião 1, Sr. Durval Tabach,
145 indagou sobre o fato de ter ocorrido uma liminar judicial com a pauta da acessibilidade
146 dos processos, e algumas reuniões já terem sido efetivadas, se não seria necessário que
147 fossem refeitas com a nova estrutura, devidamente alterada; indagou ainda, se nesse
148 tempo da interrupção pela liminar judicial, foram analisadas as reuniões, as temáticas e as
149 oficinas que já foram realizadas para avaliar sua eficiência, relevância e compreensão,
150 para a partir disso, aperfeiçoar os processos; com a palavra, o Conselheiro Participativo
151 da Macrorregião Oeste, Sr. Maurício Ramos de Oliveira, demonstrou sua insatisfação
152 com o fato de o prazo para o debate do processo ter sido reduzido pela Câmara em 6
153 meses; afirmou ser conveniente a todos que construamos a revisão com vasta
154 participação democrática; corroborou a fala dos representantes em relação à imposição
155 de decisões, afirmando ser uma situação que afasta o Poder Público da Sociedade Civil,
156 portanto, é necessário que sejam aperfeiçoados os processos; na sequência, a
157 Conselheira Maria Laura reafirmou sua posição sobre a sociedade civil querer de fato
158 discutir e contribuir com o conteúdo do plano do diretor; afirmou que no último ano,
159 deveria ter sido feita ampla divulgação sobre a agenda, com informações detalhadas
160 sobre o que é o PDE, pois a sociedade civil como um todo, não possui o devido
161 conhecimento sobre; relatou que o conselho existe exatamente para que as audiências
162 sejam ajustadas de acordo com as necessidades, porém, o único modo efetivo encontrado
163 pelos conselheiros de fazê-lo, é por meio da judicialização, causando transtorno e atraso

164 no processo; demonstrou sua insatisfação com o fato de o regimento interno do conselho
165 não ter sido revisto até o presente momento; com a palavra, o Conselheiro João
166 Moreirão corroborou as colocações de seus colegas, afirmando que os conselheiros são
167 parceiros da Prefeitura, com vocação para adentrar ao conteúdo para colaborar e
168 participar da revisão do PDE, como evidenciado nas oficinas, procurando sempre um
169 debate qualificado; demonstrou sua insatisfação com a ausência de respostas aos
170 questionamentos colocados anteriormente, exemplificando a pauta do regimento
171 interno, no qual foram efetuadas diversas atribuições que não foram consideradas na
172 minuta apresentada, e a atual apresentação do cronograma que foi aprovado sem a
173 deliberação do CMPU; em seguida, o Conselheiro Antônio Zagato afirmou que embora a
174 ação da defensoria fosse pautada na questão da acessibilidade, em termos da
175 comunicação da informação para as pessoas que são portadoras de necessidades
176 especiais, ressaltou que cerca de 30% da população é considerada excluída digital, não
177 participando assim dos processos virtuais e não acessando as informações mínimas
178 necessárias para compreensão do que se está debatendo; ressaltou que o estado de
179 emergência climática é um crime contra a sobrevivência coletiva, que está sendo
180 acentuado pelas decisões errôneas da Prefeitura, sem o favorecimento da participação
181 social, e sem a utilização dos parâmetros que já foram adotados na elaboração do PDE
182 em 2014 em relação a essa agenda; relatou que não há um balanço formal dos problemas
183 ocorridos nas primeiras atividades, e que todos os ofícios criados pelo CMPU não foram
184 respondidos, portanto, não há um planejamento para correção dos mesmos para o futuro;
185 afirmou ainda que, a Plataforma “Participe +”, aceita sugestões com apenas 14 linhas, o
186 que não permite uma detalhada colocação sobre qualquer pauta, e que essa restrição não
187 foi conferida a certos setores, pois foram constituídos dentro de um comitê
188 intersecretarial e de gestão, membros do setor empresarial, beneficiando apenas esse
189 setor da sociedade; informou que a Prefeitura está estudando internamente um PL que
190 transforma em autarquia o licenciamento, contratando por CLT os funcionários que farão
191 o licenciamento; em réplica, a Representante Patrícia afirmou que a questão das datas
192 colocada foi trazida já adequada ao calendário restante, para que se tenha tempo para as
193 discussões das próximas etapas, sendo que a próxima etapa é a de formulação de
194 propostas; informou que a diversidade de agenda, desde a agenda virtual temática até a
195 agenda presencial, é justamente para atingir um público maior da sociedade civil, com
196 acessos diferentes; em relação ao acompanhamento de todas as oficinas no mesmo dia,
197 afirmou que todas as oficinas possuem o mesmo conteúdo na apresentação, sendo
198 analisada a microrregião apenas no término da reunião para o levantamento das
199 necessidades reais da população na localidade; demonstrou que seu entendimento, deve-
200 se entrar em um consenso do dia de retomada das audiências públicas, como colocado
201 anteriormente, e que se deliberarem necessário, serão efetuadas mais audiências
202 temáticas, clarificando que seguindo o calendário atual, serão totalizados 40 dias de
203 consulta pública para se finalizar um processo que já está em andamento; afirmou que
204 houve problemas nas audiências, porém, a população presente avaliou muito bem as
205 oficinas, sendo que existe um relatório finalizado de todas as oficinas realizadas que será

206 disponibilizado a todos; relatou que os problemas ocorridos foram de operacionalização
207 e não de metodologia; em relação ao colocado pelo Conselheiro João Moreirão, informou
208 que a Prefeitura se mobilizou nos últimos 15 dias, recebendo da plataforma “Participe +”
209 mais de mil contribuições, o que em sua compreensão, é bastante significativo por um
210 prazo inicial, sendo que normalmente no final do processo participativo, quando está
211 prestes a encerrá-lo, é que as contribuições chegam; em réplica as colocações do
212 Conselheiro José Antônio Zagato, informou que a fase atual é de apropriação de
213 diagnóstico, não sendo ainda uma fase de contribuição propriamente dita; afirmou que já
214 existe material explicativo sobre o PDE disponibilizado em diversas plataformas, e que a
215 audiência das reuniões transmitidas está em crescimento, demonstrando o envolvimento
216 no processo, porém, as atividades precisam ser retomadas para garantir a mobilização;
217 em tréplica, a Representante Titular dos Movimentos Ambientais 2 (Casa da Cidade),
218 Sra. Maria Lúcia Ramos Bellenzani, corroborou a fala dos representantes da sociedade
219 civil, relatando que sua preocupação é em relação à mobilização para a participação da
220 sociedade civil no território, indagando qual tipo de material e estratégia está sendo
221 utilizada para atingir esse objetivo, sobretudo nos territórios mais periféricos; afirmou
222 que clarificar aos cidadãos o que é o PDE, é de suma importância, pois quem está no
223 território tem um grau de abstração muito grande, não entendendo o que é significativo
224 no resultado da qualidade de vida que um PDE pode trazer; para que haja uma
225 participação efetiva, salientou que não basta a efetuação apenas de fóruns, e todos no
226 mesmo dia, pois se o representante da sociedade civil for militante em mais de uma
227 localidade, não conseguirá participar de mais de uma audiência; declarou ser necessário
228 ter transparência nas devolutivas dos questionamentos efetuados pelos representantes,
229 para que o processo seja confiável; parabenizou e agradeceu as contribuições e a
230 mobilização efetuada pela Representante Patrícia Saran; informou que efetuou reunião
231 com a Subprefeitura da Zona Norte, que possui parte de seu território em zona rural,
232 exatamente para levar as demandas de conselheiros, sendo elaborado pela mesma mapas
233 com o zoneamento da localidade, e por sua vez, ficou estarecida que os funcionários da
234 subprefeitura não tinham o conhecimento que no território existia zona rural, e deram
235 uma devolutiva de que não poderiam fazer coleta de lixo e melhorar a infraestrutura das
236 vias exatamente por conta de ser uma zona rural; indagou na ocasião, se os funcionários
237 tinham o conhecimento do teor do Polo de Desenvolvimento Rural do Plano Diretor, e
238 que em seu entendimento, a informação não chega aos territórios, sendo uma
239 preocupação eminente; relatou ter trabalhado na revisão do PDE anterior,
240 acompanhando diversas audiências públicas periféricas, sendo de seu conhecimento que
241 houve grande mobilização por parte dos órgãos públicos para efetuação das mesmas;
242 com a palavra, a Representante do Movimento de Moradia 3 (Assoc. Trab. Sem Teto
243 Noroeste), Sra. Julieta Aparecida Tolentino de Abraão, afirmou que aparentemente há
244 um confronto entre a sociedade civil e o poder público, sendo que o objetivo de todos é o
245 mesmo; informou que é militante da Zona Norte de São Paulo e que mobilizou
246 participantes para todas as oficinas que foram realizadas; afirmou que a audiência que
247 mais se destacou foi a de Perus, sendo todas as outras mal avaliadas em sua organização e

248 material; em seu entendimento, seria apresentado o PDE e posteriormente dados
249 atualizados e regionalizados em referência ao território da reunião, porém, isso não fora
250 confirmado; propuseram a abertura de falas, a qual foi negada pela organização do
251 evento, informando que a reunião temática que é organizada para isso; afirmou ser
252 importante inicialmente debater sobre o calendário, pois a pauta não deve ser repassada
253 as pressas ou com falta de clareza, sendo que o que estamos debatendo no PDE, é o
254 futuro da Cidade de São Paulo, um futuro que precisamos ter a participação para
255 sabermos a real necessidade da parte da sociedade mais carente; com a palavra, a
256 Representante das Entidades Acadêmicas E De Pesquisa 1 (MACK), Sra. Viviane
257 Manzione Rubio, relatou sobre a dificuldade encontrada em mobilizar a sociedade civil a
258 participar das audiências, e quando esse objetivo é alcançado, os participantes se
259 desmotivam por presenciar uma organização ruim e problemática da reunião, pois muitos
260 não acessam a internet, e possuem a necessidade de ir e se expressar nesse espaço de
261 direito; afirmou ser necessário alocar o tempo de paralisação pela liminar judicial, no
262 novo cronograma e colocá-lo para deliberação no conselho, e as audiências com
263 problemáticas serem refeitas; na sequência, o Conselheiro Moreirão afirmou que em
264 função da nova situação, uma nova reunião para discutir o cronograma deveria ser
265 efetuada, pois o método implica em conteúdo, sendo que a Prefeitura perdeu a
266 oportunidade nesta reunião extraordinária de discutir sobre o cronograma; relatou que a
267 participação da sociedade civil está sendo colocada pela Prefeitura, porém, a mesma não
268 conhece as pessoas no território e suas necessidades, e os conselheiros têm uma
269 percepção apurada sobre a pauta; afirmou ter intenção de verificar os relatórios das
270 reuniões nos quais menciona que a população se mostrou satisfeita pela audiência, pois
271 em sua concepção e o que pode verificar pessoalmente in loco, todos estavam muito
272 insatisfeitos, citando que as problemáticas da audiência da Casa Verde não foram
273 advindas da operacionalização, e sim da falta de método; demonstrou que em seu
274 entendimento efetuar todas as reuniões ao mesmo tempo é ineficiente, até porque os
275 territórios possuem especificidades particulares; portanto, propôs convocar uma reunião
276 extraordinária na qual se discuta o cronograma que está sendo apresentado; em seguida,
277 o Conselheiro da Associação de Bairro (Inácio Monteiro), Sr. José André de Araújo,
278 indagou sobre sendo a pauta decidida pelo Presidente, por que não retornemos a uma
279 nova proposta sobre o calendário e cronograma; outra questão levantada, foi que as
280 problemáticas apresentadas nas audiências também foram de cunho operacional, além
281 de metodológica, exemplificando que na reunião efetuada no subsolo do SESC Santana,
282 verificou a inexistência das devidas sinalizações para o acesso da população em geral;
283 indagou ainda, como as contribuições feitas pelos conselheiros foram tratadas, quais
284 foram aproveitadas para a melhoria em uma avaliação contínua, que é princípio básico da
285 administração pública, se o material de diagnóstico foi atualizado nesse meio tempo,
286 quais foram as contribuições de cada secretaria para os casos, citando a Secretaria de
287 Habitação, o motivo de todas as oficinas serem efetuadas simultaneamente e a falta de
288 publicidade das mesmas; afirmou ser importante a distribuição de cartilhas informativas
289 nas reuniões para esclarecimento de temas importantes para a sociedade civil; em

290 réplica, a Representante Wellyene Gomes Bravo corroborou as colocações dos outros
291 conselheiros reafirmando que abordou em outras reuniões em outras reuniões a portaria
292 SGM de 139, de 05 de maio de 2021, na qual foram constituídos grupos internos nas
293 subprefeituras, para prestar apoio em relação à questão da revisão do PDE, e que têm
294 papel fundamental nesse processo; indagou sobre a existência de relatório do trabalho
295 realizado pelas subprefeituras em relação à essa portaria e solicitou seu
296 compartilhamento; informou que inseriu no chat a importância de nossos
297 representantes, tanto os de macrorregião, quanto os de subprefeituras, se pronunciem,
298 pois o Conselho Participativo deve trabalhar em conjunto com todos estão diretamente
299 ligados ao território; com a palavra, o Representante das Entidades Acadêmicas e de
300 Pesquisa 2 (FAU-USP), Sr. Nabil Georges Bonduki, afirmou haver uma confusão entre as
301 pautas; informou que o calendário foi aprovado há bastante tempo, sendo apenas
302 deslocado no tempo, de acordo com o período em que o processo ficou parado por conta
303 de liminar judicial; o outro apontamento efetuado, foi em relação as problemáticas das
304 oficinas, tanto metodológicas, quanto operacionais, afirmando que as mesmas devem ser
305 aperfeiçoadas e melhoradas; propôs debate entre a SMUL e a comissão nos dias
306 antecedentes a próxima oficina, sobre como formatar esse processo de aperfeiçoamento
307 das oficinas sem prejuízo ao calendário; afirmou ser importante a garantia da
308 participação do conselho em todas as etapas, e não apenas que seja recebido um informe
309 com um cronograma já pronto; relatou que o conteúdo das audiências deve ser debatido
310 para o aperfeiçoamento do processo, e que dificilmente a análise do todo será efetuada
311 até o final do ano; em réplica, o Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz,
312 afirmou que em respeito aos funcionários da Prefeitura que contribuíram na elaboração
313 do PDE, e neste presente momento estão trabalhando na revisão intermediária, informou
314 que todos foram surpreendidos pela suspensão do processo de revisão do PDE pela
315 liminar judicial que argumentava falhas na acessibilidade do mesmo, o que foi resolvido
316 prontamente no prazo mais rápido possível, isso é importante ser colocado, pois em um
317 processo democrático, reafirmar o caminho correto com audiências temáticas e oficinas
318 presenciais; afirmou que as oficinas podem ser melhoradas sempre, porém, é necessário
319 se distinguir o que é uma oficina e o que é uma audiência; relatou que esteve
320 presencialmente na oficina da Casa Verde e pode verificar a existência de uma
321 metodologia que pode ser aprimorada para receber ainda mais as contribuições da
322 sociedade civil para a revisão do PDE; ressaltou que cada oficina possui suas
323 particularidades, sendo cada uma delas desenvolvidas de acordo com a necessidade de
324 cada território, e que cada o compromisso da Prefeitura é dar andamento a revisão
325 intermediária do plano diretor com a máxima participação popular possível; reiterou que
326 o adensamento da cidade que vêm surpreendendo a população é referente ao PDE
327 aprovado em 2014 e ao zoneamento de 2016, não sendo ações atuais, e sim resultado de
328 ações passadas, se o adensamento pensado por nós, pois ele mesmo participou de
329 elaboração do PDE como Presidente do IAB à época, se não estiver a contento, já está
330 sinalizado no relatório de diagnóstico divulgado pela SMUL, efetuado por PLANURB,
331 diagnóstico esse que está sendo elogiado pelas diversas gestões; como arquiteto,

332 demonstrou seu interesse de adentrar a questão do conteúdo há muito tempo, sendo que
333 a discussão de encaminhamento está atrasando o processo até seu limite de 10 anos, no
334 ano de 2024, e informou que os pontos sinalizados serão discutidos nas próximas etapas;
335 afirmou que a metodologia das oficinas foi elaborada por técnicos internos de SMUL para
336 alcançar a maior participação de cada subprefeitura e a continuidade do processo pelas
337 audiências temáticas virtuais e das audiências presenciais será feita, visando sempre o
338 cuidado pois ainda estamos em tempo de pandemia; ressaltou que dentro deste prazo, a
339 intenção é de receber o máximo de opiniões, dentro das condições e circunstâncias que
340 se possui; o CMPU possui 60 cadeiras, 59 válidas, é justo que tenhamos conflitos e
341 discordâncias, porém, é compromisso da administração pública com os conselheiros do
342 CMPU e com a sociedade como um todo, continuar o processo pactuado; por este fato,
343 fora convocada a presente reunião para pactuar as próximas etapas deste processo que
344 possui diagnóstico, propostas e minuta do PL; deixou claro a abertura para o recebimento
345 de sugestões e contribuições; na sequência, a Secretária Executiva Talita Veiga sugeriu a
346 marcação de um reunião de Grupo de Trabalho (GT) da revisão do PDE para o dia 12 de
347 Julho de 2024, terça-feira, para debate e o aprimoramento das oficinas; em réplica, o
348 Presidente Suplente José Armênio informou que os canais para as contribuições de
349 aprimoramento das oficinas podem ser diversos, via e-mail, no grupo do CMPU ou em
350 nova reunião, deixando claro que o processo seguirá como pactuado; acordado entre os
351 membros, fora agendada reunião para a data de 09 de agosto, com tempo hábil para a
352 discussão; em réplica, a Representante do Movimento de Moradia 3 (ASSOC. TRAB. SEM
353 TETO NOROESTE), Sra. Julieta Aparecida Tolentino de Abraão, se pronunciou relatando
354 que a presença da sociedade civil na reunião é apenas para referendar e acatar o que já
355 foi decidido pela Prefeitura; com a palavra, a Representante Wellyene Gomes Bravo
356 indagou sobre o questionamento que a mesma fez anteriormente sobre os grupos
357 internos para prestar apoio a revisão do PDE por subprefeituras, solicitando o envio do
358 material que a SMUL tem recebido a respeito; em réplica, o Presidente Suplente afirmou
359 que o material previsto e recolhido pelas subprefeituras será compartilhado com todos.
360 **18)** O Presidente Suplente agradeceu a todos, e encerrou a reunião às 15h43min.

361

PRESIDÊNCIA

José Armênio de Brito Cruz

PRESIDENTE SUPLENTE

APOIO

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

TALITA CAVALARI VEIGA
SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

ROSANE CRISTINA GOMES
TITULAR

MARIA FERNANDA PENHA MACHADO
SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - SGM (2)

TARCILA PERES
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA - SMJ

MARIA LUCIA PALMA LATORRE
SUPLENTE

SECRETARIA DE FINANÇAS - SF

CLAUDIA BICE ROMANO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - SMSUB

RODE FELIPE BEZERRA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

SONIA FRANCINE GASPAR MARMO
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES - SMT

MICHELE PEREA CAVINATO
SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO -
SMDET**

JULIA DA MOTTA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SMIT

LILAINE APARECIDA BERTOLUCCI SOBRAL
SUPLENTE

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB

JULLY KARYLIN DE CARVALHO SILVA
SUPLENTE

**SUBPREFEITURA
MACRORREGIÃO NORTE 2**

JOÃO JOVENTINO BEZERRA NETO
TITULAR

MACRORREGIÃO CENTRO

RODOLPHO FURLAN DOMINGUES
SUPLENTE

MACRORREGIÃO LESTE 1

DANILO ANTÃO FERNANDES
SUPLENTE

MACRORREGIÃO SUL 1

ANDERSON SILVA DE MEDEIROS
SUPLENTE

MACRORREGIÃO SUL 2

JOÃO PAULO LO PRETE
TITULAR

**SOCIEDADE CIVIL
CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL**

MACRORREGIÃO NORTE 2

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES
SUPLENTE

MACRORREGIÃO OESTE

STELA DE CAMARGO DALT
TITULAR

MACRORREGIÃO SÉ

STELA DE CAMARGO DALT
TITULAR

MACRORREGIÃO LESTE 1

ELODIA FÁTIMA FILLIPNI

TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 1

DURVAL TABACH

TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 2

WELLYENE GOMES BRAVO

TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 1

EDILSON HENRIQUE MINEIRO

TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 3

JULIETA APARECIDA TOLENTINO DE ABRAÃO (ASSOC. TRAB. SEM TETO
NOROESTE)

TITULAR

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 2

JULIANA MILANESI MENNA BARRETO PREVEDEL (SAPP)
SUPLENTE

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 3

EDENILDA DAS NEVES CARNEIRO SOUZA (AAHJB)
TITULAR

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 4

MARIA LAURA FOGAÇA ZEI (ASSAMPALBA)
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 1

JULIANA BRAGA PAVIATO (ABRAINC)
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 2

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 3

EDUARDO SAMPAIO NARDELLI (SINAENCO)
TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 4

EDUARDO DELLA MANNA (FECOMÉRCIO/SP)
SUPLENTE

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL - ONG

JULIANA LEMES AVANCI (GASPAR GARCIA)
SUPLENTE

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO
URBANO-AMBIENTAL FAU MACKENZIE**

VIVIANE MANZIONE RUBIO (MACK)
TITULAR

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO
URBANO-AMBIENTAL UNINOVE**

NABIL GEORGES BONDUKI (FAU-USP)
TITULAR

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS 2

MARIA LÚCIA RAMOS BELLENZANI (CASA DA CIDADE)

TITULAR

MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA

JOSÉ ANTÔNIO CHINELATO ZAGATO (CICLOCIDADE)

TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO - CMTT

MAURO SÉRGIO CALLIARI

TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH

VIOLÊTA SALDANHA KUBRUSLY

SUPLENTE